

Manual de Participação em Assembleia e
Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

Data: 22 de abril de 2019

Horário: 15:00h

ÍNDICE

1.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	1
2.	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	3
3.	DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
4.	MEMBRO ELEITO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
5.	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	5
6.	ANEXO A: ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 9º, III da Instrução CVM nº 481/09).....	6
7.	ANEXO B: ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09).....	41
8.	ANEXO C: ANEXO 9-1-II (artigo 9º, parágrafo único, II da Instrução CVM nº 481/09)	36
9.	ANEXO D: ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 12, II da Instrução CVM nº 481/09).....	42
10.	ANEXO E: PROPOSTA DO ORÇAMENTO DE CAPITAL	79

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 05.197.443/0001-38

NIRE 233.000.392.71

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de abril de 2019, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Heráclito Graça, nº 406, Centro, CEP 60140-060, a fim de deliberar sobre a ordem do dia abaixo indicada:

- (i) apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes;
- (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, nos termos da Proposta da Administração;
- (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019, nos termos da Proposta da Administração; e
- (iv) eleger, nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Roberto Antônio Mendes para o Conselho de Administração da Companhia, na qualidade de membro independente, o qual ocupa tal vaga como substituto interino diante da vacância ocasionada pela renúncia da Sra. Ana Christina Fontoura Koren de Lima, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2019.

Informações Gerais

Os acionistas deverão apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da Assembleia Geral Ordinária:

Qualquer acionista (pessoa física ou jurídica): (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia; e, caso o acionista se faça representar por procurador, (ii) o instrumento de mandato, na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, não sendo necessário o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notarização e consularização ou apostilamento no caso de procurações outorgadas no exterior. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral Ordinária munido de documentos que comprovem sua identidade.

Acionista pessoa jurídica: apresentar, adicionalmente, (i) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão competente; (ii) documento que comprove os poderes de representação; e (iii) em caso de fundo de investimento, o regulamento e os documentos referidos acima em relação ao administrador.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por

meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia (Itaú Custódia) ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia.

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.bmfbovespa.com.br>), os documentos relacionados a este edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009.

Fortaleza, 22 de março de 2019.

Candido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme o que dispõe o artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas e representantes legais deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, munidos dos documentos hábeis de identidade. Os acionistas deverão enviar à Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário da Companhia, na cidade de Fortaleza, na Avenida Heráclito Graça, nº 406, Centro, CEP 60.140-060, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à realização da AGO, ou seja, até o dia 20 de abril de 2019, às 15:00 horas, os seguintes documentos: (i) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia; e (ii) bem como os seguintes documentos:

- (i) **peçoas físicas:** documento original de identificação com foto;
- (ii) **peçoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento original de identificação com foto do representante legal; e
- (iii) **fundos de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento original de identificação com foto do representante legal.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação e consularização ou apostilamento no caso de procurações outorgadas no exterior.

3. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09, informamos abaixo as datas e os locais de disponibilização dos documentos indicados.

3.1. Relatório da Administração

O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 13 de março de 2019.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, foi disponibilizado em 14 de março de 2019 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

3.2. Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 13 de março de 2019.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 14 de março de 2019 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

3.3. Comentário dos administradores

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, encontram-se no **ANEXO A** deste Manual e Proposta da Administração.

3.4. Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, foi disponibilizado em 14 de março de 2019 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

3.5. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário DFP relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi disponibilizado em 13 de março de 2019 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

3.6. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, encontra-se no **Anexo C** deste Manual e Proposta da Administração.

3.7. Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário)

O Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário) da Companhia relativo às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi disponibilizado em 13 de março de 2019 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

3.8. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, relativamente aos candidatos para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, caso aplicável, indicados ou apoiados pela administração encontram-se no **Anexo B** deste Manual e Proposta da Administração.

4. MEMBRO ELEITO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O artigo 18 do Estatuto Social da Companhia determina que o seu Conselho de Administração será composto por 7 membros. Atualmente, uma das vagas de membro independente do Conselho de Administração é ocupada pelo Sr. Roberto Antônio Mendes como substituto interino diante da renúncia da Sra. Ana Fontoura Koren de Lima, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/02/2019. Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, o substituto interino servirá até a assembleia geral seguinte à vacância, no caso, a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2019.

Considerando que a Assembleia Geral Ordinária deverá eleger somente 1 (um) membro para o Conselho de Administração, na condição de substituto para preencher cargo vago decorrente da renúncia da conselheira Ana Christina Fontoura Koren de Lima em 13 de fevereiro de 2019, não há que se falar em eleição de referido membro por votação em separado ou voto múltiplo. Dessa maneira, a eleição deve se dar por votação da maioria dos presentes, nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia.

5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia propõem a remuneração anual global de até R\$ 30.595.985,60 (trinta milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), incluindo remuneração fixa e variável, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 (1,95% menor do que a referente ao exercício social de 2018).

Em reunião realizada em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da Assembleia Geral Ordinária que fixará o montante global da remuneração global anual dos administradores da Companhia. Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO C** deste Manual e Proposta da Administração.

6. ANEXO A: ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 9º, III da Instrução CVM nº 481/09)

10 – Comentários dos diretores

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e suas respectivas notas explicativas (as demonstrações financeiras consolidadas auditadas). Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as *Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou BR GAAP* e de acordo com as *Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nossas informações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são apresentadas como se a Companhia tivesse assumido o controle societário da Vida e Imagem Serviços Médicos Ltda. a partir de 1º de janeiro de 2015, a fim de permitir a comparação entre os períodos aqui apresentados. Vide nota explicativa 1.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para maiores informações.

Os comentários de nossos diretores estatutários visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período, e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

Além do descrito nesta Seção 10, também descrevemos algumas métricas de desempenho chave que nossa administração usa para avaliar nossos negócios, medir o desempenho, identificar tendências de negócios e tomar decisões estratégicas, tais como o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, que podem ser analisadas na Seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios de curto e médio prazo. A Companhia atualmente não possui nenhum tipo de dívida, o que faz com que acredita possuir indicadores de liquidez robustos para realizar a execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades totais (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Companhia somavam R\$ 3.573 milhões, contemplados ativos garantidores - Fundos de Investimentos de Renda Fixa dedicados ao setor de saúde complementar – os quais são geridos por instituições financeiras, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS - no montante de R\$ 407,1 milhões e o restante contemplado por recursos de livre movimentação. O montante de R\$ 3.573 milhões foi 147,07% superior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A capacidade de geração de caixa da Companhia tem permitido a realização de seus investimentos orgânicos mantendo elevados níveis de liquidez e retorno para os acionistas.

No que tange ao endividamento, a Companhia opta por trabalhar apenas com seus recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bancário foi de zero. Mesmo com a posição de endividamento bancário zerada, na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 185,4 milhões, e aplicações financeiras de R\$ 3.388 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 104,2 milhões, e aplicações financeiras de R\$ 1.342 milhões. Já em 31 de dezembro de 2016, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 56,8 milhões, e aplicações financeiras de R\$ 999,6 milhões. Esses números mostram um crescimento médio anual, entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018, de 92,0% das disponibilidades totais da Companhia - ocasionado pelo (i) aumento do número de beneficiários; (ii) aumento do ticket médio dos produtos ofertados pela Companhia (valor médio da carteira de produtos ofertados pela Companhia), (iii) ingresso de recursos oriundos da oferta pública de ações, e (iv) aumento da eficiência operacional com consequente crescimento de margens no período analisado.

A administração da Companhia acredita que os seus resultados operacionais a credencia para gerar recursos para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico e por aquisições, além de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo. A respeito, a tabela a seguir retrata as principais obrigações contratuais da Companhia, quais sejam:

Vencimento (em milhares)	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Provisões técnicas de operações à assistência à saúde	220.491	0	220.491
Fornecedores	61.381	0	61.381
Débitos de operações de assistência à saúde	65.181	0	65.181

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a estrutura de capital medida pela relação de entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada representada por 81,9% de capital de terceiros e 18,1% de capital próprio em 31 de dezembro de 2017 - e, se desconsiderado o aumento de capital ocorrido em função da oferta pública de ações, seria de 84,8% de capital de terceiros e 15,2% de

capital próprio em 31 de dezembro de 2018. Acreditamos que essa relação é condizente com nossas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.270.819	1.864.145	1.191.084
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.605.855	472.003	510.595
Capital total (terceiros + próprio)	4.876.674	2.336.148	1.701.679
Parcela de capital de terceiros	26,1%	79,8%	70,0%
Parcela de capital próprio	73,9%	20,2%	30,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui plena capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, uma vez que seus ativos financeiros disponíveis eram e são superiores ao montante das obrigações reconhecidas nas demonstrações financeiras exigíveis para liquidação financeira, incluindo o saldo de dividendos a pagar no exercício social de 2018 no montante de R\$ 836.338 mil.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal fonte de financiamento da Companhia foi o ingresso dos recursos captados na oferta pública de ações. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a principal fonte de financiamento da Companhia foi o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia atendem as necessidades de capital de giro e investimentos - sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nos três últimos exercícios sociais, o nível de endividamento da Companhia foi de zero.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não foram celebrados contratos de empréstimos e financiamentos pela Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não foram celebrados contratos de empréstimos e financiamentos pela Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais, não foram celebrados contratos de empréstimos e financiamentos ativos na Companhia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais, não foram celebrados contratos de empréstimos e financiamentos ativos na Companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não foram celebrados contratos de empréstimos e financiamentos pela Companhia.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	2016	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita líquida de serviços prestados	4.575.898	100,0%	3.847.981	100,0%	3.036.454	100,0%	18,9%	26,7%
Custos dos serviços prestados	(2.754.662)	-60,2%	(2.261.938)	- 58,8%	(1.863.231)	-61,4%	21,8%	21,4%
Lucro bruto	1.821.236	39,8%	1.586.043	41,2%	1.173.223	38,6%	14,8%	35,2%
Despesas de vendas	(443.414)	- 9,7%	(378.175)	- 9,8%	(334.419)	-11,0%	17,3%	13,1%
Despesas administrativas	(507.178)	- 11,1%	(426.610)	- 11,1%	(368.014)	-12,1%	18,9%	15,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	(129)	0,0%	2.194	0,1%	(912)	0,0%	-105,9%	-340,6%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	870.515	19,0%	783.452	20,4%	469.878	15,5%	11,1%	66,7%

Resultado financeiro, líquido	171.820	3,8%	111.544	2,9%	115.544	3,8%	54,0%	-3,5%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	1.042.335	22,8%	894.996	23,3%	585.422	19,3%	16,5%	52,9%
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(315.089)	- 6,9%	(242.067)	- 6,3%	(137.838)	-4,5%	30,2%	75,6%
Diferido	61.088	1,3%	(2.331)	- 0,1%	8.909	0,3%	2.720,7%	-126,2%
Lucro do exercício	788.334	17,2%	650.598	16,9%	456.493	15,0%	21,2%	42,5%

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4.576 milhões comparativamente a R\$ 3.847 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 728 milhões, ou 18,9%. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

(i) crescimento de 5,9% no número de Beneficiários em planos de assistência médica, representando um número absoluto de 2.356.009 Beneficiários em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos 2.225.660 Beneficiários em 31 de dezembro de 2017, em virtude dos esforços de venda empreendidos em conformidade com a estratégia comercial da Companhia nas regiões Norte e Nordeste do país;

(ii) crescimento de 18,6% no número de Beneficiários em planos de assistência odontológica, representando um número absoluto de 1.679.770 Beneficiários em 31 de dezembro de 2018 em comparação aos 1.415.752 Beneficiários em 31 de dezembro de 2017, em virtude dos esforços de venda empreendidos em conformidade com a estratégia comercial da Companhia nas diversas regiões do país;

(iii) reajuste de 10,0% para contratos individuais com aniversário entre maio e dezembro do ano de 2018, e de 13,55% para contratos individuais com aniversário entre janeiro e abril de 2018, aplicável tanto para planos de assistência médica quanto de assistência odontológica, conforme regra da ANS;

(iv) crescimento de 11,9% no ticket médio de planos corporativos de assistência médica, decorrente dos efeitos da evolução de custos no período, bem como dos reajustes aplicados pela mudança de faixa etária dos Beneficiários, sendo que, entre de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, o ticket médio da Companhia em planos de assistência médica passou de R\$ 148,41 para R\$ 166,46; e

(v) queda de 5,8% no ticket médio de planos corporativos de assistência odontológica, decorrente da maior participação do produto de urgência, que permite ao beneficiário ter acesso a consultas e exames de emergência 24 horas por dia, e que possui um ticket médio menor, sendo que o ticket médio da Companhia em planos odontológicos passou de R\$ 12,43 para R\$ 12,22 de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

Mesmo em um cenário econômico desafiador, em que o setor de saúde suplementar apresentou uma recuperação reduzida em termos de número de Beneficiários, a Companhia conseguiu crescer 1,5 pontos percentuais em market share em planos de assistência médica na região Nordeste e 1,7 ponto percentual na região Norte neste período, de forma que o market share da Companhia cresceu de 27,7% para 29,2% na Região Nordeste e de 22,4% para 24,0% na região Norte dentro desse período, o que demonstra a ampliação da posição de liderança da Companhia nas regiões em que atua.

Custo dos Serviços Prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 2.755 milhões, uma elevação de 21,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no qual os CSP totalizaram R\$ 2.262 milhões, conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2018	2017

Custos médico-hospitalar e outros	2.732.094	2.247.799
Varição da PEONA	22.568	14.139
Custo dos Serviços Prestados	2.754.662	2.261.938

O crescimento do CSP no período se deve, especialmente, ao aumento 21,5% no valor de nossos custos médico-hospitalar, em virtude (a) do aumento do número de beneficiários; (b) da inflação médica do período; (c) de investimentos no desenvolvimento da estrutura de atendimento da Companhia, em linha com seu plano de negócios, incluindo a inauguração do Hospital Rio Poty em Teresina/PI, a ampliação de Pronto Atendimentos nos estados da Bahia e Pernambuco e a aquisição do Hospital Rio Amazonas/AM, todos localizados em imóveis de terceiros, e (d) da internalização de alguns serviços anteriormente prestados por meio da rede credenciada, tais como atendimentos e internações que foram incorporados aos serviços da Companhia após a inauguração das novas unidades acima mencionadas.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.821 milhões comparativamente a R\$ 1.586 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 235,2 milhões ou 14,8%. O lucro bruto representou 39,8% e 41,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas de vendas

As despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 443,4 milhões, comparativamente a R\$ 378,2 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 65,2 milhões ou 17,3%. O aumento de R\$ 65,2 milhões nas despesas de vendas se deu, principalmente, em virtude do aumento de vendas e do número de beneficiários atendidos pela Companhia no ano de 2018, bem como ao aumento da tabela de preço dos planos da Companhia, o que ocasionou um aumento proporcional nas comissões pagas a corretores e eventuais provisões para perdas de créditos. As despesas de vendas representaram 9,7% e 9,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, confirmando a existência de proporcionalidade dessas despesas com o aumento das receitas.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 507,2 milhões comparativamente a R\$ 426,6 milhões no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R\$ 80,5 milhões ou 18,9%, que se justifica pelo crescimento das operações da Companhia, necessidade de expansão da estrutura administrativa, e pela inflação observada no período, mantida a representatividade desse crescimento em patamares similares aos da receita líquida, tendo correspondido a 11,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 0,1 milhão, comparativamente a R\$ 2,2 milhões (outras despesas) oriundas principalmente da venda de ativo imobilizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o que representou uma variação não representativa em valores nominais, tampouco em representatividade sobre a receita líquida.

Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos

O resultado antes do resultado financeiro, líquido e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 870,5 milhões comparativamente a R\$ 783,4 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 87,1 milhões ou 11,1%. O resultado antes do resultado financeiro, líquido e impostos representou 19,0% e 20,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores que resultaram na redução do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida e diluição de custos, parcialmente compensada com a manutenção da representatividade de despesas administrativas e de despesas comerciais.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representou um ganho de R\$ 171,8 milhões comparativamente a R\$ 111,5 milhões no mesmo período de 2017, resultando em uma variação de R\$ 60,2 milhões ou 54,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento significativo da base de aplicações financeiras da Companhia entre os exercícios de 2018 e 2017. O resultado financeiro, líquido representou 3,8% e 2,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Cabe ressaltar que, além do aumento da base de aplicações, a Companhia monitora continuamente a composição de suas aplicações e realiza gestão efetiva dos recursos, de modo a obter os investimentos que representem as maiores oportunidades de rentabilidade, desde que compatíveis com os níveis de riscos estabelecidos na política de investimentos aprovada pela administração.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.042 milhões comparativamente a R\$ 894,9 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 147,3 milhões ou 16,5%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, bem como a manutenção da representatividade de despesas administrativas e de despesas comerciais. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro representou 22,8% e 23,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representaram R\$ 254,0 milhões comparativamente a R\$ 244,4 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 9,6 milhões ou 3,9%. Este aumento pouco representativo é atribuído ao saldo líquido entre: a) o aumento da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado operacional da Companhia, decorrente sobretudo da migração de algumas das empresas controladas pela Companhia do regime de tributação de Lucro Presumido para o regime de tributação de Lucro Real e b) aproveitamento dos benefícios fiscais relacionados a: b.1. comissões pagas aos bancos de investimentos referentes ao processo de abertura de capital da companhia. Embora as referidas despesas não tenham transitado pelo resultado do período, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº1.700/17 permite deduzi-las do cálculo do imposto de renda, b.2. distribuição de juros sobre capital próprio e b.3. constituição de créditos sobre prejuízos fiscais. Imposto de renda e contribuição social representaram 5,5% e 6,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Lucro do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 788,3 milhões comparativamente a R\$ 650,6 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 137,8 milhões ou 21,2%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento das receitas da Companhia. O lucro do exercício representou 17,2% e 16,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 3.847 milhões comparativamente a R\$ 3.036 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 811 milhões, ou 26,7%. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

(i) crescimento de 8,6% no número de Beneficiários em planos de assistência médica, representando um número absoluto de 2.225.660 Beneficiários em 31 de dezembro de 2017 em comparação aos 2.049.731 Beneficiários em 31 de dezembro de 2016, em virtude dos esforços de venda empreendidos em conformidade com a estratégia comercial da Companhia nas regiões Norte e Nordeste do país;

(ii) crescimento de 10,6% no número de Beneficiários em planos de assistência odontológica, representando um número absoluto de 1.415.752 Beneficiários em 31 de dezembro de 2017 em comparação aos 1.278.878 Beneficiários em 31 de dezembro de 2016, em virtude dos esforços de venda empreendidos em conformidade com a estratégia comercial da Companhia nas diversas regiões do país;

(iii) reajuste de 13,55% para contratos individuais com aniversário entre maio e dezembro do ano de 2017, e de 13,57% para contratos individuais com aniversário entre janeiro e abril de 2017, aplicável tanto para planos de assistência médica quanto de assistência odontológica, conforme regra da ANS;

(iv) reajuste médio de 14,91% nos planos corporativos de assistência médica, decorrente dos efeitos da evolução de custos no período, bem como dos reajustes aplicados pela mudança de faixa etária dos Beneficiários, sendo que o ticket médio da Companhia em planos de assistência médica passou de R\$ 139,09 para R\$ 156,38 de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017; e

(v) reajuste médio de 7,19% nos planos corporativos de assistência odontológica, decorrente dos efeitos da evolução de custos no período, bem como dos reajustes aplicados pela mudança de faixa etária dos Beneficiários, sendo que o ticket médio da Companhia em planos odontológicos passou de R\$ 10,61 para R\$ 12,71 de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

Mesmo em um cenário econômico desafiador, em que o setor de saúde suplementar continuou diminuindo em termos de número de Beneficiários, a Companhia conseguiu crescer 2,4 pontos percentuais em market share em planos de assistência médica na Região Nordeste e 1,3 ponto percentual na Região Norte no período, de forma que o market share da Companhia cresceu de 25,3% para 27,7% na Região Nordeste e de 21,1% para 22,4% na região Norte dentro desse período, o que demonstra a ampliação da posição de liderança da Companhia nas regiões em que atua.

Custo dos Serviços Prestados

Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2017, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 2.262 milhões, uma elevação de 21,4% em comparação aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2016, nos quais os CSP totalizaram R\$1.863 milhões, conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	2016

Custos médico-hospitalar e outros	2.247.799	1.820.896
Varição da PEONA	14.139	42.335
Custo dos Serviços Prestados	2.261.938	1.863.231

O crescimento do CSP no período se deve, especialmente, ao aumento 23,4% no valor de nossos custos médico-hospitalar, em virtude (a) aumento do número de beneficiários; (b) da inflação médica do período; (c) de investimentos no desenvolvimento da estrutura de atendimento da Companhia, em linha com seu plano de negócios, incluindo a inauguração do Hospital Eugênia Pinheiro em Fortaleza/CE, a ampliação do Hospital Ilha do Leite em Recife/PE, e a aquisição do Hospital Semed em Camaçari/BA, todos eles localizados em imóveis de terceiros, e (d) da internalização de alguns serviços anteriormente prestados por meio da rede credenciada, tais como atendimentos e internações que foram incorporados aos serviços da Companhia após a inauguração do Hospital Francisca de Sande e a aquisição do Hospital Semed, localizados respectivamente nas cidades de Feira de Santana e Camaçari, ambas no Estado da Bahia.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.586 milhões comparativamente a R\$ 1.173 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 412,8 milhões ou 35,2%. O lucro bruto representou 41,2% e 38,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Além dos itens destacados nas seções acima, podemos atribuir o aumento do lucro bruto da Companhia a redução do valor da variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). O cálculo da PEONA leva em consideração três variáveis principais: a frequência de ocorrência dos eventos, os gastos per capita dos eventos, o tempo entre a ocorrência do evento e o seu pagamento. A Companhia analisa periodicamente os cálculos da provisão com o objetivo de aumentar a assertividade das estimativas. Adicionalmente, a Companhia vem ajustando ao longo do tempo os seus processos com o objetivo de dar maior eficiência ao processamento de contas médicas da rede própria com o intuito de reconhecer os eventos dentro do mês de competência e, conseqüentemente, o valor da PEONA.

Despesas de vendas

As despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 378,1 milhões, comparativamente a R\$ 334,4 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 43,7 milhões ou 13,1%. O aumento de R\$ 43,7 milhões nas despesas de vendas se deu, principalmente, em virtude do aumento de vendas e do número de Beneficiários atendidos pela Companhia no ano, bem como ao aumento da tabela de preço dos planos da Companhia, o que ocasionou um aumento proporcional nas comissões pagas a corretores. As despesas de vendas representaram 9,8% e 11,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Destaca-se que o aumento do valor de despesas de vendas no período foi mitigado pela diminuição de R\$ 4,8 milhões nas despesas de publicidade e propaganda da Companhia. Esta redução é atribuída substancialmente ao esforço de otimização de despesas por parte do departamento de marketing da Companhia no contexto dos esforços da Companhia de avaliar alternativas de mídia mais baratas e eficazes para a promoção de seus produtos, tais como as mídias online. Ainda, destaca-se que, em virtude da diminuição de cancelamentos de contratos no período, a Companhia obteve uma leve queda de representatividade de comissões pagas a terceiros no período, uma vez que, em um cenário de diminuição no número de cancelamentos, o pagamento

de comissões pela Companhia com relação a contratos cancelados (sem a contrapartida de receita) também foi reduzido em comparação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 426,6 milhões comparativamente a R\$ 368,0 milhões no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de R\$ 58,6 milhões ou 15,9%, que se justifica pelo crescimento das operações da Companhia, necessidade de expansão da estrutura administrativa, e pela inflação observada no período.

As despesas administrativas representaram 11,1% e 12,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2,2 milhões, oriundas principalmente da venda de ativo imobilizado da Companhia, comparativamente a R\$ 0,9 milhão (outras despesas) no mesmo período de 2016, o que representou uma variação positiva de R\$ 3,1 milhões ou 340,6%. Outras receitas operacionais representaram 0,1% e 0,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos

O resultado antes do resultado financeiro, líquido e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 783,4 milhões comparativamente a R\$ 469,9 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 313,5 milhões ou 66,7%. O resultado antes do resultado financeiro, líquido e impostos representou 20,4% e 15,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida e diluição de custos, bem como a redução da representatividade de despesas administrativas e de despesas comerciais.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 representou um ganho de R\$ 111,5 milhões comparativamente a R\$ 115,5 milhões no mesmo período de 2016, resultando em uma variação negativa de R\$ 4,0 milhões ou 3,5%. Esta redução é atribuída substancialmente à queda da taxa SELIC e, conseqüentemente do CDI, indexadores das aplicações financeiras da Companhia. No final do ano de 2016, a taxa SELIC encontrava-se em 13,75%, passando para 7% no final do ano seguinte. O resultado financeiro, líquido representou 2,9% e 3,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 895,0 milhões comparativamente a R\$ 585,4 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 309,6 milhões ou 52,9%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida e diluição de custos, bem como a redução da representatividade de despesas administrativas e de despesas comerciais. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro representou 23,3% e 19,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 representaram R\$ 244,4 milhões comparativamente a R\$ 128,9 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 115,9 milhões ou 89,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita bruta da Companhia, conforme exposto acima, e ao aumento da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia, decorrente da migração de algumas das empresas controladas pela Companhia do regime de tributação de Lucro Presumido para o regime de tributação de Lucro Real, em decorrência do aumento dos níveis de receita de tais controladas acima do limite estabelecido em lei para operação sob o regime do Lucro Presumido. Destaca-se, ainda, o aumento de representatividade dos resultados das empresas que operam no Lucro Real frente àquelas empresas que ainda operavam sob o regime de Lucro Presumido. O valor do Imposto de Renda diferido foi de R\$2,3 milhões e o imposto de renda corrente de R\$242,1 milhões. O efetivo desembolso para ambos os tributos foi de 234,9 em 2017 e 123,5 em 2016. Imposto de renda e contribuição social representaram 6,4% e 4,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Lucro do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 650,6 milhões comparativamente a R\$ 456,5 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$ 194,1 milhões ou 42,5%. Este aumento é atribuído ao crescimento das receitas da Companhia. O lucro do exercício representou 16,9% e 15,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	516.696	618.548	483.651
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.138.832)	(408.995)	(336.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.703.411	(162.195)	(116.766)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	81.275	47.358	30.515

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 516,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 618,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$ 101,8 milhões, ou 16,5%, é justificada pelo (i) aumento no volume de aplicações financeiras consideradas como atividades de investimentos; e (ii) aumento de 209,2% em tributos ativos a recuperar que deixaram de ingressar no caixa para compensações em períodos futuros.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.139 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 409,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 1.730 milhões, ou 423%, é justificado significativamente pelo aumento em investimentos em aplicações financeiras decorrentes da captação dos recursos obtidos na oferta pública de ações ocorrida em 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento totalizou R\$ 1.703 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 162,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 1.868 milhões, ou 1.150%, é justificado pelos seguintes fatos ocorridos em 2018: a) aumento de capital social totalizando R\$ 2.530 milhões, parcialmente compensados por b) incremento no pagamento de dividendos na ordem de R\$ 662,4 milhões quando comparado com o exercício de 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 618,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 483,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$ 134,9 milhões, ou 27,9%, é justificado pelo (i) aumento no volume de recebimento de clientes em decorrência do crescimento operacional da Companhia; e ii) aumento de 27,6% do volume de rendimentos de aplicação financeira no comparativo entre os períodos, em decorrência da política de investimentos da Companhia de seus recursos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 409,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 336,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$ 72,6 milhões, ou 21,6%, é justificado pelo aumento em investimentos em imobilizado e intangíveis da Companhia, fruto da necessidade de expansão da rede própria, além da aquisição do Hospital Semed realizada no período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 162,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 116,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$ 45,4 milhões, ou 38,91%%, é justificado pela redução de outros débitos com partes relacionadas totalizando R\$ 76,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparativamente ao pagamento R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017x 2016
ATIVO								
Circulante	1.275.954	26,2%	1.238.978	53,0%	711.812	41,8%	3,0%	74,1%
Caixa e equivalentes de caixa	185.484	3,8%	104.209	4,5%	56.851	3,3%	78,0%	83,3%
Aplicações financeiras	702.363	14,4%	802.814	34,4%	442.327	26,0%	-12,5%	81,5%
Contas a receber de clientes	152.747	3,1%	143.048	6,1%	63.203	3,7%	6,8%	126,3%
Estoques	19.187	0,4%	14.226	0,6%	13.888	0,8%	34,9%	2,4%
Tributos a recuperar	65.287	1,3%	26.505	1,1%	17.052	1,0%	146,3%	55,4%
Outros ativos	47.120	1,0%	42.845	1,8%	30.761	1,8%	10,0%	39,3%
Despesa de comercialização diferida	103.766	2,1%	105.331	4,5%	87.730	5,2%	-1,5%	20,1%
Não Circulante	3.600.720	73,8%	1.097.170	47,0%	989.867	58,2%	228,2%	10,8%
Aplicações financeiras de longo prazo	2.685.643	55,1%	539.314	23,1%	557.275	32,7%	398,0%	-3,2%
Tributos diferidos	126.005	2,6%	64.917	2,8%	67.248	4,0%	94,1%	-3,5%
Depósitos judiciais	96.891	2,0%	58.507	2,5%	49.872	2,9%	65,6%	17,3%
Despesa de comercialização diferida	121.624	2,5%	88.523	3,8%	77.203	4,5%	37,4%	14,7%
Outros créditos com partes relacionadas	3.337	0,1%	9.182	0,4%	2.695	0,2%	-63,7%	240,7%
Outros ativos	37.598	0,8%	147	0,0%	170	0,0%	-	-13,5%
Investimentos	-	-	-	-	14	0,0%	-	-

Imobilizado	414.528	8,5%	290.622	12,4%	217.348	12,8%	42,6%	33,7%
Intangível	115.094	2,4%	45.958	2,0%	18.042	1,1%	150,4%	154,7%
Total do Ativo	4.876.674	100,0%	2.336.148	100,0%	1.701.679	100,0%	108,7%	37,3%

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017x 2016
PASSIVO								
Circulante	987.496	20,2%	1.539.996	65,9%	874.172	51,4%	-35,9%	76,2%
Fornecedores	61.381	1,3%	56.139	2,4%	43.385	2,5%	9,3%	29,4%
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	408.125	8,4%	359.470	15,4%	313.798	18,4%	13,5%	14,6%
Débitos de operações de assistência à saúde	65.181	1,3%	55.156	2,4%	46.894	2,8%	18,2%	17,6%
Obrigações sociais	112.947	2,3%	96.198	4,1%	60.692	3,6%	17,4%	58,5%
Tributos e contribuições a recolher	55.890	1,1%	59.249	2,5%	35.868	2,1%	-5,7%	65,2%
Imposto de renda e contribuição social	33.860	0,7%	54.479	2,3%	47.406	2,8%	-37,8%	14,9%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	184.513	3,8%	836.338	35,8%	308.526	18,1%	-77,9%	171,1%
Outros débitos com partes relacionadas	42.657	0,9%	-	0,0%	-	-		
Outras contas a pagar	22.942	0,5%	22.967	1,0%	17.603	1,0%	-0,1%	30,5%
Passivo não circulante	283.323	5,8%	324.149	13,9%	316.912	18,6%	-12,6%	2,3%

Tributos e contribuições a recolher	11.967	0,2%	21.653	0,9%	27.054	1,6%	-44,7%	-20,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	263.441	5,4%	248.784	10,6%	234.407	13,8%	5,9%	6,1%
Outros débitos com partes relacionadas	-		48.016	2,1%	35.003	2,1%	-	37,2%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-		-	-	11.831	0,7%		
Outras contas a pagar	7.915	0,2%	5.696	0,2%	8.617	0,5%	39,0%	-33,9%
Patrimônio líquido	3.605.855	73,9%	472.003	20,2%	510.595	30,0%	663,9%	-7,6%
Capital social	2.810.219	57,6%	280.000	12,0%	280.000	16,5%	903,6%	0,0%
Reserva legal	94.932	1,9%	55.558	2,4%	23.028	1,4%	70,9%	141,3%
Reservas de lucros	697.393	14,3%	136.321	5,8%	207.309	12,2%	411,6%	-34,2%
Participação de não controladores	3.311	0,1%	124	0,0%	258	0,0%	2570,2%	-51,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.876.674	100,0%	2.336.148	100,0%	1.701.679	100,0%	108,7%	37,3%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 1.276 milhões, em comparação com R\$ 1.239 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 37 milhões ou 3,0%, decorreu principalmente **(i)** da redução das disponibilidades da Companhia em R\$ 19,1 milhões; **(ii)** do aumento na base de "contas a receber" em R\$ 9,7 milhões no período e **(iii)** incremento dos créditos tributários a recuperar. O primeiro se deve à reclassificação parcial para o ativo não circulante para a alocação de recursos em investimentos realizáveis em longo prazo, o segundo se deve ao crescimento da inadimplência, aumento do ticket médio dos produtos (valor médio da carteira de produtos ofertados pela Companhia) e do número de beneficiários da Companhia e o terceiro pelo cômputo de impostos retidos sobre aplicações financeira e distribuição de juros sobre capital próprio. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 26,2% em 31 de dezembro de 2018 e 53% em 31 de dezembro de 2017.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$ 3.601 milhões, em comparação com R\$ 1.097 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 73,8% em 31 de dezembro de 2018 e 47% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$ 2.503 milhões ou 228,2%, decorreu em função **(i)** do aumento de R\$ 2.146 das aplicações financeiras realizados com os recursos obtidos na oferta pública de ações, **(ii)** aumento de depósitos judiciais, fruto do próprio aumento da operação da Companhia que, ao possuir mais beneficiários, está mais exposta e sujeita a processos judiciais; **(iii)** do aumento de R\$ 123,9 milhões no ativo imobilizado, em virtude dos investimentos em expansão da rede própria e na substituição de equipamentos; **(vi)** constituição de créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e **(v)** do aumento de R\$ 69,1 milhões no ativo intangível, explicado substancialmente pela aquisição do Hospital Rio Amazonas/AM, implantação do novo software de gestão da Companhia, aquisição da carteira de clientes da operadora Uniplam em Teresina/PI, bem como a aquisição de licenças e dos gastos de implantação de novos softwares para usos diversos nas operações.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$ 987 milhões, em comparação com R\$ 1.540 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,2% em 31 de dezembro de 2018 e 65,9% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução, de R\$ 553 milhões ou 35,9%, decorreu **(i)** do crescimento das provisões técnicas de operações de assistência à saúde, em função do aumento do número de beneficiários; e **(ii)** da redução dos dividendos a pagar, especialmente do exercício de 2018, pela liquidação de saldos que constavam em aberto desde o ano anterior, parcialmente compensados pelo registro dos dividendos obrigatórios no próprio exercício.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$ 283 milhões, em comparação com R\$ 324 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 5,8% em 31 de dezembro de 2018 e 13,9% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução, de R\$ 40,8 milhões ou 12,6% decorreu substancialmente pela reclassificação do saldo de débitos com partes relacionadas para o passivo circulante, considerando que serão liquidados no exercício de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 3.606 milhões, em comparação com R\$ 472,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$ 3.134 milhões ou 663,9%, deu-se pelo resultado da Companhia no exercício social de 2018, acompanhado do aumento de capital decorrente da oferta pública de ações.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$ 1.239 milhões, em comparação com R\$ 712 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$ 527 milhões ou 74,1%, decorreu principalmente **(i)** do aumento das disponibilidades da Companhia em R\$ 407,8 milhões; e **(ii)** do "contas a receber" em R\$ 79,8 milhões no período. O primeiro se deve ao próprio robustecimento da geração de caixa da Companhia ao passo que o segundo se deve ao crescimento da inadimplência, aumento do ticket médio dos produtos (valor médio da carteira de produtos ofertados pela Companhia) e do número de beneficiários da Companhia. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 53% em 31 de dezembro de 2017 e 41,8% em 31 de dezembro de 2016.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$ 1.097 milhões, em comparação com R\$ 989,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 47,0% em 31 de dezembro de 2017 e 58,2% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$ 107,3 milhões ou 10,8%, decorreu em função **(i)** do aumento de depósitos judiciais, fruto do próprio aumento da operação da Companhia que, ao possuir mais beneficiários, está mais exposta e sujeita a processos judiciais; **(ii)** do aumento de R\$ 73,3 milhões no ativo imobilizado, em virtude dos investimentos em expansão da Rede própria e na substituição de equipamentos; e **(iii)** do aumento de R\$ 27,9 milhões no ativo intangível, explicado substancialmente pela aquisição do Hospital Semed na cidade de Camaçari/BA, bem como a aquisição de licenças e dos gastos de implantação de novos softwares.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$ 1.540 milhões, em comparação com R\$ 874 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 65,9% em 31 de dezembro de 2017 e 51,4% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$ 666 milhões ou 76,2%, decorreu **(i)** do crescimento das provisões técnicas de operações de assistência à saúde, em função do aumento do número de beneficiários; e **(ii)** do aumento dos dividendos a pagar, especialmente do exercício de 2017, que foram distribuídos em abril de 2018. Para maiores informações, consulte a seção 3.5 deste Formulário de Referência.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 324 milhões, em comparação com R\$ 317 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13,9% em 31 de dezembro de 2017 e 18,6% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$ 7,2 milhões ou 2,3% decorreu substancialmente **(i)** pelo aumento das provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas, em virtude do crescimento das operações da Companhia, que a torna mais exposta a processos; e **(ii)** devolução de AFAC no valor de R\$ 11 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$ 472 milhões, em comparação com R\$ 510,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação, de R\$ 38,5 milhão ou -7,6%, deu-se exclusivamente pelo resultado da Companhia no exercício social de 2017, acompanhado da distribuição de lucros, explicado pormenorizadamente acima.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foi originada pelo crescimento do número de beneficiários tanto em planos de saúde quanto planos odontológicos, e ao aumento de ticket médio da carteira de clientes da Companhia. O ticket médio da carteira de clientes da Companhia é influenciado pelo reajuste de preço dos planos de atuais beneficiários, pelo aumento da tabela de venda de planos para novos beneficiários e pela mudança de faixa etária. O reajuste de preços por faixa etária é regulado pela ANS através da Instrução Normativa 63/2003.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos: aumento do número de beneficiários de planos de saúde e de planos odontológicos; ganho eficiência operacional através da diluição de custos fixos, especialmente folha médica e custos com localização e funcionamento; e pela redução de representatividade de despesas operacionais, através da diminuição de despesas com serviços de terceiros e de localização e funcionamento.

Ademais, os resultados dos exercícios sociais até 2017 podem estar superestimados em cerca de R\$ 35.004 mil (correspondente ao valor de R\$ 2.917 mil por mês durante um período de 12 meses), tendo em vista que até o exercício social de 2017, a Companhia utilizou 15 imóveis pertencentes à empresa Quixadá Participações Ltda. sob controle comum dos acionistas sem contrapartida pecuniária pela transação. As informações sobre esta transação estão disponíveis nas Notas Explicativas nº 10 (Transações e saldos com partes relacionadas) e nº 27 (Eventos subsequentes) das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 deveram-se a relação de custo/benefício que a Companhia oferece ao seu cliente, através da prestação de serviços que acreditamos ser de qualidade com preços acessíveis. Essa relação de custo/benefício tem contribuído para o aumento da base de clientes da Companhia e, conseqüentemente, o aumento da receita da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem enfatizado a venda *cross selling* entre produtos de assistência médica e odontológica, trazendo soluções complementares para o cliente. Outrossim, os diretores entendem que a inserção de novos produtos, tais como planos ambulatoriais, também tem contribuído para incrementar volumes de venda na operação da Companhia. Não há variações das receitas atribuíveis a alterações da taxa de câmbio e introdução de novos produtos e serviços.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os diretores da Companhia entendem que as variações nos custos médico-hospitalares que o mercado vivencia há alguns anos têm impactado em menor proporção a Companhia devido às suas ações para obter eficiência

de custos. Entendemos que, para prestar um serviço de qualidade, não precisamos ter altos custos e perseguimos com afinco a maior eficiência operacional possível, comprovada pela baixa sinistralidade em nossos resultados se comparado com os nossos concorrentes.

No que tange aos riscos de câmbio e taxa de juros, nossos impactos são limitados, haja vista que a Companhia não possui endividamento e não faz aplicações de seus recursos no exterior. Quase a totalidade de nossos fornecedores são nacionais, de forma que o volume de operações realizadas pela Companhia para importar materiais e medicamentos para prestação de seus serviços é pouco substancial em termos de valores para a Companhia.

A queda da taxa de juros pode proporcionar uma menor receita financeira das aplicações da Companhia, mas não um efeito adverso em seus resultados.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, assim como no exercício social corrente.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, uma vez que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, assim como no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e ênfases, assim como no exercício social corrente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Diretoria da Companhia informa que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Em decorrência da aplicação das políticas contábeis, a Administração é requerida a adotar premissas para fazer julgamentos e calcular estimativas que podem afetar o reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Por se tratarem de estimativas, a posição contábil observada na efetiva ocorrência dos eventos pode resultar em valores diferentes dos que foram anteriormente previstos.

A Administração revisa de forma contínua as premissas utilizadas, reconhece prospectivamente eventuais impactos de alguma reavaliação, a partir do exercício em que a revisão ocorrer e entende que os julgamentos realizados refletem de forma apropriada a situação financeira da Companhia apresentada nas demonstrações financeiras individual e consolidadas.

Seguem elencadas a seguir as políticas contábeis das transações mais relevantes que envolvem o exercício de julgamentos da Administração:

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

- A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos períodos e dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência que representa a melhor estimativa atuarial com base nos critérios técnicos específicos adotados.

- Por exigência do IFRS 4 é requerido às entidades seguradoras e equiparadas a realização do Teste de Adequação de Passivos ("TAP") para atestar que os passivos apresentados nas demonstrações financeiras relativos refletem apropriadamente o cenário de risco relacionado às operações de seguros. O teste projeta os fluxos de caixas futuros dos contratos com características de seguros descontados a valor presente, considerando um cenário realista observando as contraprestações líquidas, provisões técnicas, despesas de comercialização e administrativas. Em caso de identificação de insuficiência de passivos face à projeção apurada dos fluxos de caixas em relação às provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, deve ser reconhecida a perda apurada no período em que os indícios foram identificados. Para realização do cálculo, é utilizada metodologia atuarial.

Deste modo, as provisões técnicas de operações à saúde seguem os critérios contábeis e dos emanados pela ANS através da aplicabilidade de metodologia atuarial, validada pela Administração, que entende que: a estimativa reflete, da data-base, as obrigações futuras provenientes de suas operações de assistência. Ressalta-se que, trimestralmente, a Companhia envia ao órgão regulador nota técnica contemplado as premissas definidas e demais parâmetros estabelecidos no correto cálculo realizado pela equipe atuarial.

ii. Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando - se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis –CPC.

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem confiavelmente mensuráveis.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, enquanto os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

O critério utilizado para mensuração das provisões é regularmente ajustado e revisado a fim de refletir mudanças nas circunstâncias, tais como a evolução em termos de natureza tributária, trabalhista ou regulamentos cíveis, jurisprudência recente, prazo de prescrição aplicável e a documentação disponível. Os respectivos valores provisionados são registrados com base nas estimativas mais assertivas quanto à identificação do risco, onde o montante constituído é considerado suficiente para cobrir perdas prováveis.

iii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São apurados ao final de cada período os montantes de imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias levantadas na comparação entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as apurações fiscais elaboradas com base na legislação tributária vigente.

Para reconhecimento dos tributos diferidos, as principais diferenças temporárias utilizadas são: i) provisões para contingências; ii) crédito fiscal por amortização de ágio; e iii) despesas de comissões diferidas, conforme disposto na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes possam ser utilizados nos exercícios seguintes. Cabe à Administração efetuar o julgamento quanto à recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos, assumindo a existência de base de lucros tributáveis futuros com base nas estimativas de resultados previstos no plano de negócios relativo aos períodos em que se espera compensar os tributos diferidos ativos. Ressalta-se que as práticas acima descritas estão em conformidade com normas contábeis atualmente vigentes.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) *Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

A Companhia e suas controladas arrendam uma série de estabelecimentos no modelo de arrendamento operacional onde operam, sobretudo, as unidades de atendimento hospitalar. Esses contratos usualmente têm longa duração, entre dez e vinte anos, com opção de renovação após este período. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, anualmente, e a Companhia não participa no valor residual dos bens arrendados.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16 substitui às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo: a) arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e moveis de escritório) e; b) arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Transição para a IFRS 16

A Companhia planeja adotar a IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2019. Para tal, a Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento e sem a reapresentação de períodos comparativos.

Assim, a Companhia optou por adotar o modelo em que mensurará um passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes e reconhecerá um ativo de direito de uso a um valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados antes da data de aplicação inicial. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que

permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16. Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e aparelhos telefônicos) que são considerados de baixo valor.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos serão utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Não será realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência de superiores a 12 meses.

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para os arrendamentos operacionais das suas instalações, sobretudo, de unidades de atendimento hospitalar. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia declarou a pretensão de adquirir a integralidade da carteira de clientes da Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda., sociedade também do ramo de saúde complementar sediada em Fortaleza, Ceará. A carteira foi adquirida por R\$ 23.600, com valor podendo chegar a R\$ 25.000, caso novos contratos com clientes se materializassem até a data da efetiva transferência da carteira. Essa operação foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 18/12/2018 e a efetiva transferência da

Carteira pela Free Life à Companhia ocorreu no 1º dia útil do mês subsequente à autorização da Operação pela ANS, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso III, da Resolução Normativa 112/2005 da ANS.

(iv) *Contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, além de serviços contratados para obras já em andamento, cujas movimentações financeiras estão apropriadamente refletidas no balanço patrimonial, conforme o avanço físico da obra.

(v) *Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia pretende investir na aquisição da infraestrutura de TI das novas unidades, bem como servidores, data center e na manutenção da plataforma tecnológica nas unidades da já existentes. Estão previstos ainda gastos com a substituição de máquinas e equipamentos de TI, desenvolvimento de projetos com foco em inovação e investimentos em softwares de computação, incluindo o novo sistema de gestão financeira e suprimentos.

Em relação à expansão das instalações, devem ser investidos na melhoria contínua da estrutura de unidades que já estão em operação, contemplando ampliação e/ou modernização das instalações físicas dos hospitais, unidades de diagnóstico por imagem, laboratórios, pronto atendimentos e clínicas, gerando expansão da capacidade de atendimento dos clientes mediante abertura de novos leitos, consultórios e postos de coleta e, conseqüentemente, resultando na aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para uso nos novos espaços inaugurados. Na área hospitalar, serão destinados recursos também a projetos que já estão em andamento relacionados à sistematização de protocolos ambulatoriais e implantação de novas tecnologias de sinais vitais.

Mantendo o seu foco no crescimento da sua infraestrutura, a Companhia prevê a abertura de novos hospitais, sendo os investimentos mais representativos em unidades nos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte e no início das operações no sul do país, através do Hospital Geral de Joinville, no estado de Santa Catarina em uma das regiões mais industrializadas do país.

Sobre aquisições de novos negócios e empresas, no âmbito de M&A, a Companhia acredita ter oportunidades de aquisições estratégicas de carteiras de clientes, empresas do mesmo setor de atuação e/ou infraestrutura de atendimento para expandir ainda mais a Rede Própria exclusiva.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento da Companhia provém da sua geração de caixa operacional.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia, que tenha sido divulgada.

(c) Novos produtos e serviços

Não aplicável.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Ao longo dos três últimos anos, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 105 milhões em publicidade, propaganda e patrocínio de eventos, dividindo tais recursos em campanhas institucionais em TV aberta, rádios e na internet. Adicionalmente, a Companhia aloca recursos em campanhas de praças específicas que visam aumentar suas vendas e/ou informar aos seus beneficiários o aumento da disponibilidade de serviços através da ampliação da rede própria. Para maiores informações sobre tais investimentos, veja o item 16.2 deste Formulário de Referência.

Estes recursos também são disponibilizados para projetos sociais em apoio a prática de esporte para redução de obesidade e maior qualidade de vida. A título de exemplo temos o programa Hapvida +1K, que consiste na disponibilização de assessoria esportiva nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para uma vida saudável da população local. A Companhia patrocina, também, programas de *bike sharing* em Manaus/AM e Belém/PA, contribuindo para gerar alternativas de transporte para a população local.

Por fim, com o objetivo de ampliar os canais de venda, a Companhia fez uma parceria com o programa de relacionamento KM de Vantagens, da Ipiranga, em que os clientes do programa têm a possibilidade de comprar planos odontológicos com cobertura completa no país através do referido programa de fidelidade.

7. ANEXO B: ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09)

12.5/ 6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima	09/11/1972	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/02/2018	fev/2020	02
456.493.243-87	Médico	Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente	09/02/2018	Sim	100,00%
Diretor Presidente eleito e empossado em 10/02/2019, com mandato até 10/02/2020.					
Conselheiro (Efetivo) eleito e empossado em 16/04/2018, com mandato até 29/02/2020.					
Membro do Comitê de Inovação					
Membro do Comitê de Transformação					
Membro do Comitê de Fusões e Aquisições					
Candido Pinheiro Koren de Lima Junior	10/10/1970	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/02/2018	fev/2020	02
368.999.412-68	Administrador de Empresas	34 - Conselheiro (Efetivo) e Dir. Vice Pres.	09/02/2018	Sim	100,00%

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diretor Vice-Presidente Comercial eleito e empossado em 10/02/2019, com mandato até 10/02/2020. Conselheiro (Efetivo) eleito e empossado em 16/04/2018, com mandato até 29/02/2020.		Diretor Vice-Presidente Comercial			
Membro do Comitê de Inovação Membro do Comitê de Transformação Membro do Comitê de Fusões e Aquisições					
Bruno Cals de Oliveira	18/03/1985	Pertence apenas à Diretoria	10/02/2019	10/02/2020	02
997.554.913-68	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	10/02/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Fusões e Aquisições Membro do Comitê de Finanças e Mercado de Capitais		Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores			
Gustavo Chaves Barros de Oliveira	17/08/1972	Pertence apenas à Diretoria	10/02/2019	10/02/2019	02
391.904.473-87	Executivo	19 - Outros Diretores	10/02/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Fusões e Aquisições		Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos			
	01/09/1973	Pertence apenas à Diretoria	10/02/2019	10/02/2020	02

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alain Benvenuti					
688.408.020-53	Executivo	11 - Diretor Vice-Presidente / Superintendente	10/02/2019	Sim	100,00%
-		Diretor Vice-Presidente de Operações			
Candido Pinheiro Koren de Lima	20/07/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/02/2018	fev/2020	02
367.228.638-91	Médico	20 - Presidente do Conselho de Administração	09/02/2018	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Inovação		-			
Membro do Comitê de Transformação					
Roberto Antônio Mendes	15/08/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/02/2019	13/03/2021	02
137.768.946-87	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/02/2019	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Finanças e Mercado de Capitais		-			
Membro do Comitê de Auditoria, Risco e Compliance					
Wilson Carnevalli Filho	20/10/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/02/2018	fev/2020	02
042.479.798-41	Administrador de Empresas	26 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/02/2018	Sim	100,00%

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Governança e Gente		-			
Membro do Comitê de Auditoria, Risco e Compliance		-			
Carlos Massaru Takahashi	07/06/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/02/2018	fev/2020	02
012.858.808-03	Administrador de Empresas	26 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	09/02/2018	Sim	100,00%
		-			
Geraldo Luciano Mattos Junior	08/03/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/03/2018	29/02/2020	01
144.388.523-15	Executivo	26 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/03/2018	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Fusões e Aquisições		-			
Membro do Comitê de Finanças e Mercado de Capitais		-			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima – 456.493.243-87

Nascido em 09/11/1972, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Diretor Presidente desde 2001. Não há cargos exercidos em outras companhias. Eleito em 2017 um dos 100 Mais Influentes da Saúde de todo o Brasil pelo Grupo Mídia.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Candido Pinheiro Koren de Lima Junior – 368.999.412-68

Nascido em 10/10/1970, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Vice-presidente Comercial e de Relacionamento desde 2001. Não há cargos exercidos em outras companhias.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Bruno Cals de Oliveira – 997.554.913-68

Nascido em 18/03/1985, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado e doutorado em Administração – Linha de pesquisa em Finanças – pela Universidade de São Paulo (USP) e MBA Executivo em Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chief Financial Officer desde 2016. Professor de Finanças da Fundação Instituto de Administração (FIA/USP) e da Saint Paul Escola de Negócios. Ex-Assessor de Relações com Investidores na M. Dias Branco S/A. Premiado em 2015 como Melhor Profissional de Relações com Investidores da América Latina – Food & Beverages pela Institutional Investor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Chaves Barros de Oliveira – 391.904.473-87

Nascido em 17/08/1972, graduado em Marketing pela Universidade Estadual do Ceará, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Chief Strategy Officer e Diretor Superintendente de Licitações desde Abril de 2007. Secretário de Governança Corporativa desde março de 2016. Gerente Comercial na Unimed Fortaleza entre 2004 e 2006.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Alain Benvenuti – 688.408.020-53

Nascido em 01/09/1973, graduado em Direito pela Unisinos-RS, com pós-graduação em Administração e Marketing pela PUC-RS e MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Vice-presidente de Operações desde janeiro de 2017. Diretor Geral de Operações Comercial e Marketing na Casa e Construção de Janeiro de 2016 a janeiro de 2017. Diretor Geral Comercial e Operações na CENCOSUD de abril de 2015 à dezembro de 2015. Vice-presidente Comercial na Walmart de outubro de 2010 a fevereiro de 2015.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Candido Pinheiro Koren de Lima – 367.228.638-91

Nascido em 20/07/1946, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, com residência Oncologia realizada no Hospital A.C. Camargo em São Paulo. Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Hapvida. Recebeu em 2016 o prêmio O Equilibrista pela IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará. O prêmio é concedido aos executivos de maior destaque no exercício de suas atividades.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Roberto Antônio Mendes – 137.768.946-87

Nascido em 15/08/1952, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais, Programa Executivo da Fundação Dom Cabral, Kellogg School of Management e da Wharton University of Pennsylvania. Conselheiro Independente da Hapvida, BRF S/A, Hermes Pardini e Pottencial Seguradora. Participa também do Comitê de Auditoria e Finanças da Localiza Rent a Car e da BRF S/A. *Chief Financial Officer* da Pottencial Seguradora. Diretor de Finanças e Relações com Investidores por aproximadamente 33 anos.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Wilson Carnevalli Filho – 042.479.798-41

Nascido em 20/10/1957, graduado em Administração de Empresas pela EAESP – FGV, Programa de Gestão Avançada pela INSEAD, Programa de Gestão Avançada pela Amana e Programa Senior em Marketing pela Kellogg School of Management da Northwestern University, com mestrado em Administração de Empresas pela EAESP – FGV. Conselheiro Independente da Hapvida desde agosto de 2016. Conselheiro do Grupo Edson Queiroz. Conselheiro da Associação Congregação de Santa Catarina. Membro do Comitê de Auditoria da Acumuladores Moura S/A. Sócio Fundador na Ekilibra Governança Integrada desde setembro de 2014. Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde julho de 2010 e Conselheiro Independente na Nexa Informática desde abril de 2017.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Carlos Massaru Takahashi – 012.858.808-03

Nascido em 07/06/1961, graduado em Administração de Empresas pela Universidade São Marcos, MBA em Administração pela USP e MBA em Marketing pela PUC-RJ. Conselheiro Independente desde setembro de 2016. Senior Advisor na Blackrock Brasil Gestão de Investimentos desde setembro de 2016, Managing Partner na Monte Equity Partners desde março de 2017, CEO na BRAiN Brasil Investimentos e Negócios desde agosto de 2016.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Geraldo Luciano Mattos Junior – 144.388.523-15

Nascido em 08/03/1963, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE e em Direito pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Conselheiro Independente desde março de 2018. Executivo do Grupo M. Dias Branco desde 2000, exercendo atualmente a função de Vice-presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores. Recebeu em 2017 o prêmio O Equilibrista pela IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antonio Vanderlei Leone Soares	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Matemático	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
091.886.548-42	Comitê de Inovação Comitê de Transformação	Diretor	31/05/1967	09/02/2018	1	
Candido Pinheiro Koren de Lima	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100%
367.228.638-91	Comitê de Inovação Comitê de Transformação	Presidente do Conselho de Administração	20/07/1946	09/02/2018	1	
Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior	Outros Comitês	Presidente do Comitê (Comitê de Transformação e Comitê de Inovação) Membro do Comitê (Efetivo) – Comitê de Fusões e Aquisições	Administrador de Empresas	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100,00%

368.999.413-68	Comitê de Transformação Comitê de Inovação Comitê de Fusões e Aquisições	-	10/10/1970	09/02/2018	1	
----------------	--	---	------------	------------	---	--

Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento, eleito e empossado em 10/02/2019, com mandato até 10/02/2020.

Conselheiro (Efetivo) eleito e empossado em 09/02/2018, com mandato até fevereiro/2020.

Maria Paula Soares Aranha	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	13/03/2019	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2020.	100,00%
035.859.048-58	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		08/02/1957	13/03/2019	1	

Gustavo Chaves Barros de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	11/05/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
391.904.473-87	Comitê de Fusões e Aquisições		17/08/1972	11/05/2018	1	

Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, eleito e empossado em 10/02/2019, com mandato até 10/02/2020.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
456.493.243-87	Comitê de Fusões e Aquisições		09/11/1972	09/02/2018	1	

Diretor Presidente, eleito e empossado em 10/02/2019, com mandato até 10/02/2020. Conselheiro (Efetivo), eleito e empossado em 09/02/2018, com mandato até fevereiro/2020.

Marcos Antônio Peixinho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
050.635.818-62	Comitê de Governança e Gente	-	06/03/1964	09/02/2018	1	
-						
Wilson Carnevalli Filho	Outros Comitês	Presidente do Comitê (Governança e Gente) Membro do Comitê (Efetivo) – (Auditoria, Riscos e Compliance)	Administrador de Empresas	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019 (Governança e Gente) 1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2020. (Auditoria, Riscos e Compliance)	100.00%
042.479.798-41	Comitê de Governança e Gente Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		20/10/1957	09/02/2018	1	

Membro Independente do Conselho de Administração, eleito e empossado em 09/02/2018, com mandato até fevereiro/2020.

Rafael Chaves Portela	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	09/02/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
025.054.683-38	Comitê de Governança e Gente		23/10/1986	09/02/2018	1	
Geraldo Luciano Mattos Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Executivo	11/05/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019.	100.00%
144.388.523-15	Comitê de Fusões e Aquisições Comitê de Finanças e Mercado de Capitais	-	08/03/1963	11/05/2018	1	
-						
Roberto Antônio Mendes	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Executivo	13/03/2019	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2020.	100.00%
144.388.523-15	Comitê de Finanças e Mercado de Capitais Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance	-	15/08/1952	13/03/2019	1	
-						

Bruno Cals de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	11/05/2018	1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2019 (Fusões e Aquisições)	100.00%
					1ª RCA a ser realizada após a AGO de 2020. (Finanças e Mercado de Capitais)	
997.554.913-68	Comitê de Finanças e Mercado de Capitais Comitê de Fusões e Aquisições	-	18/03/1985	11/05/2018	1	
-						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Antonio Vanderlei Leone Soares - 091.886.548-42

Nascido em 31/05/1967, graduado em Matemática em Computação pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, com MBA em Business Technology pela University of California, Berkeley e Pós-graduação em Análise de Sistemas pela PUC Campinas. Diretor Superintendente de Tecnologia da Informação da Hapvida desde julho de 2016. Membro do Comitê de Transformação e Inovação. Chief Information Officer do Grupo NotreDame Intermédica entre julho de 2012 e junho de 2016. Diretor de Tecnologia da Informação, Processos e Planejamento Estratégico da Rede Energisa entre agosto de 2003 e junho de

2012.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Candido Pinheiro Koren de Lima - 367.228.638-91

Nascido em 20/07/1946, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, com residência Oncologia realizada no Hospital A.C. Camargo em São Paulo. Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Hapvida. Recebeu em 2016 o prêmio O Equilibrista pela IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará. O prêmio é concedido aos executivos de maior destaque no exercício de suas atividades.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior - 368.999.413-68

Nascido em 10/10/1970, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Vice-presidente Comercial e de Relacionamento da Hapvida desde 2001 e Presidente do Comitê de Transformação e Inovação. Não há cargos exercidos em outras companhias.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Maria Paula Soares Aranha - 035.859.048-58

Nascida em 08/02/1957, graduada em Administração de Empresas pela FGV-EAESP – Fundação Getúlio Vargas, com pós-graduação em Administração com Especialização em Finanças pela FGV-EAESP – Fundação Getúlio Vargas, pós-graduada em Ciências Contábeis pela FGV-RJ – Fundação Getúlio Vargas, com MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo–USP e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Especialista em gestão de riscos e estudos das demonstrações financeiras do Comitê de Auditoria da Hapvida desde outubro de 2018. Conselheira fiscal na Fibria Celulose entre 2011 e 2013. Conselheira de administração na Paranapanema S.A. entre 2014 e 2016. Conselheira de administração na Fibria Celulose entre 2013 e 2018.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Chaves Barros de Oliveira - 391.904.473-87

Nascido em 17/08/1972, graduado em Marketing pela Universidade Estadual do Ceará, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Chief Strategy Officer e Diretor Superintendente de Licitações da Hapvida desde abril de 2007. Secretário de Governança Corporativa da Hapvida desde março de 2016. Gerente Comercial na Unimed Fortaleza entre 2004 e 2006.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima - 456.493.243-87

Nascido em 09/11/1972, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Cursa, atualmente, o “Advanced Management Program” na University of Chicago Booth – School of Business, com previsão de término para 2019. Diretor Presidente da Hapvida desde 2001. Não há cargos exercidos em outras companhias. Eleito em 2017 um dos 100 Mais Influentes da Saúde de todo o Brasil pelo Grupo Mídia.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcos Antônio Peixinho - 050.635.818-62

Nascido em 06/03/1964, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Braz Cubas, com Pós-graduação em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Diretor Executivo de Recursos Humanos da Hapvida desde setembro de 2017. Diretor de Recursos Humanos no Grupo Contax entre junho de 2014 e dezembro de 2015. Diretor Administrativo no Walmart entre abril de 2013 e setembro de 2013. Diretor de Recursos Humanos no Walmart entre dezembro de 2000 e dezembro de 2011.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Wilson Carnevali Filho - 042.479.798-41

Nascido em 20/10/1957, graduado em Administração de Empresas pela EAESP – FGV, Programa de Gestão Avançada pela INSEAD, Programa de Gestão Avançada pela Amana e Programa Senior em Marketing pela Kellogg School of Management da Northwestern University, com mestrado em Administração de Empresas pela EAESP – FGV. Conselheiro Independente da Hapvida desde agosto de 2016. Conselheiro do Grupo Edson Queiroz. Conselheiro da Associação Congregação de Santa Catarina. Membro do Comitê de Auditoria da Acumuladores Moura S/A. Sócio Fundador na Ekilibra Governança Integrada desde setembro de 2014. Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde julho de 2010 e Conselheiro Independente na Nexa Informática desde Abril de 2017.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Rafael Chaves Portela – 025.054.683-38

Nascido em 23/10/1986, graduado em Administração de Empresas pela UNIFANOR, com especialização em Gestão de Projetos pela UECE. Diretor de Governança Corporativa da Hapvida desde dezembro de 2017 e Membro do Comitê de Governança e Gente desde fevereiro de 2018. Diretor de Regulação ANS da Hapvida entre agosto de 2015 e novembro de 2017. Gerente de Assuntos Estratégicos da Hapvida entre junho de 2012 e julho de 2015. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Geraldo Luciano Mattos Junior – 144.388.523-15

Nascido em 08/03/1963, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE e em Direito pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Conselheiro Independente desde março de 2018. Executivo do Grupo M. Dias Branco desde 2000, exercendo atualmente a função de Vice-presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores. Recebeu em 2017 o prêmio O Equilibrista pela IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Roberto Antônio Mendes – 137.768.946-87

Nascido em 15/08/1952, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais, Programa Executivo da Fundação Dom Cabral, Kellogg School of Management e da Wharton University of Pennsylvania. Conselheiro Independente da Hapvida, BRF S/A, Hermes Pardini e Pottencial Seguradora. Participa também do Comitê de Auditoria e Finanças da Localiza Rent a Car e da BRF S/A. Chief Financial Officer da Pottencial Seguradora. Diretor de Finanças e Relações com Investidores por aproximadamente 33 anos.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Bruno Cals de Oliveira – 997.554.913-68

Nascido em 18/03/1985, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado e doutorado em Administração – Linha de pesquisa em Finanças – pela Universidade de São Paulo (USP) e MBA Executivo em Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chief Financial Officer desde 2016.. Professor de Finanças da Fundação Instituto de Administração (FIA/USP) e da Saint Paul Escola de Negócios. Ex-Assessor de Relações com Investidores na M. Dias Branco S/A. Premiado em 2015 como Melhor Profissional de Relações com Investidores da América Latina – Food & Beverages pela Institutional Investor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima 456.493.243-87 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior 368.999.413-68 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38
Membro do Conselho de Administração, Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento, membro do Comitê de Transformação e membro do Comitê de Inovação

Observação

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima é também filho de Candido Pinheiro Koren de Lima (Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Transformação, membro do Comitê de Inovação e controlador indireto da Companhia).

Administrador do emissor ou controlada

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima 456.493.243-87 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Candido Pinheiro Koren de Lima 367.228.638-91 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38
Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Transformação e membro do Comitê de Inovação.

Observação

Candido Pinheiro Koren de Lima é controlador indireto da Companhia. Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima é também irmão de Candido Pinheiro Koren de Lima Junior (Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento da Companhia).

Administrador do emissor ou controlada

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior 368.999.413-68 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento

Pessoa relacionada

Candido Pinheiro Koren de Lima 367.228.638-91 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38

Presidente do Conselho de Administração

Observação

Candido Pinheiro Koren de Lima é controlador indireto da Companhia. Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior é também irmão de Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima (Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente).

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima 456.493.243-87 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Ana Christina Fontoura Koren de Lima 457.612.643-15 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38
Membro de Comitês de Assessoramento

Observação

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima é também filho de Candido Pinheiro Koren de Lima (Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Transformação e Inovação e controlador indireto da Companhia) e irmão de Candido Pinheiro Koren de Lima Junior (Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Comercial da Companhia). Candido Pinheiro Koren de Lima é controlador indireto da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior 368.999.413-68 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Comercial

Pessoa relacionada

Ana Christina Fontoura Koren de Lima 457.612.643-15 Hapvida Participações e Investimentos S.A. 05.197.443/0001-38
Membro de Comitês de Assessoramento

Observação

Candido Pinheiro Koren de Lima Junior é também filho de Candido Pinheiro Koren de Lima (Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Transformação e Inovação e controlador indireto da Companhia) e irmão de Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima (Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia).

Administrador do emissor ou controlada

Candido Pinheiro Koren de Lima	367.228.638-91	Hapvida Participações e Investimentos S.A.	05.197.443/0001-38	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Ana Christina Fontoura Koren de Lima	457.612.643-15	Hapvida Participações e Investimentos S.A.	05.197.443/0001-38	
Membro de Comitês de Assessoramento				

Observação

Candido Pinheiro Koren de Lima é controlador indireto da Companhia, pai de Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima (Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) e pai de Candido Pinheiro Koren de Lima Junior (Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento da Companhia).

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Candido Pinheiro Koren de Lima Presidente do Conselho de Administração	367.228.638-91	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPK Empresa de Participações – EIRELI Controlador Indireto	23.713.648/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento e membro do Conselho de Administração	368.999.413-68	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CPJ Empresa de Participações – EIRELI Controlador Indireto	23.713.666/0001-92		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração	456.493.243-87	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

JP Empresa de Participações – EIRELI

23.713.685/0001-19

Controlador Indireto

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor

Candido Pinheiro Koren de Lima	367.228.638-91	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

CPK Empresa de Participações – EIRELI	23.713.648/0001-00		
Controlador Indireto			

Observação

Administrador do Emissor

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior	368.999.413-68	Controle	Controlador Indireto
Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento e membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

CPJ Empresa de Participações – EIRELI	23.713.666/0001-92		
Controlador Indireto			

Observação

Administrador do Emissor

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima	456.493.243-87	Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

JP Empresa de Participações – EIRELI	23.713.685/0001-19		
--------------------------------------	--------------------	--	--

Controlador Indireto

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Candido Pinheiro Koren de Lima	367.228.638-91	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

CPK Empresa de Participações – EIRELI	23.713.648/0001-00		
Controlador Indireto			

Observação

Administrador do Emissor

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior	368.999.413-68	Controle	Controlador Indireto
Diretor Vice-Presidente Comercial e Relacionamento e membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

CPJ Empresa de Participações – EIRELI	23.713.666/0001-92		
Controlador Indireto			

Observação

Administrador do Emissor

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima	456.493.243-87	Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

JP Empresa de Participações – EIRELI	23.713.685/0001-19		
--------------------------------------	--------------------	--	--

Controlador Indireto

Observação

8. ANEXO C: ANEXO 9-1-II (artigo 9º, parágrafo único, II da Instrução CVM nº 481/09)

HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 05.197.443/0001-38

NIRE 233.000.392.71

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009

(artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

Lucro líquido	R\$ 787.469.353,41
---------------	--------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Montante global	R\$ 187.023.971,44
Valor por ação dos dividendos	R\$ 0,278326639 ⁽¹⁾
<u>Nota 1:</u> Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, poderá ser alterado.	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Percentual do lucro líquido	25% (vinte e cinco por cento)
-----------------------------	-------------------------------

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

O valor bruto dos juros sobre capital próprio já declarados é de R\$ 123.856.525,11, correspondente a R\$ 0,184321668 por cada ação ordinária.

O valor bruto dos dividendos, já descontado o montante a ser pago a título de juros sobre capital próprio já declarados, é de R\$ 63.167.446,33 correspondente a R\$ 0,094004971 por cada ação ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Pagamento dos juros sobre capital próprio já declarados em uma única parcela até o dia 30 de abril de 2019.

Pagamento dos dividendos em uma única parcela até o dia 30 de abril de 2019.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

22 de abril de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos:

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício social findo em:	Lucro líquido por ação ordinária⁽²⁾
31.12.2018	R\$ 1,243114918
31.12.2017	R\$ 2,317028571 ⁽³⁾
31.12.2016	R\$ 3,152551724 ⁽³⁾
31.12.2015	R\$ 43,225426891 ⁽³⁾

Nota 2: Lucro líquido por ação ordinária calculada com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias relativa aos exercícios encerrados nas datas indicadas no quadro.

Nota 3: Comparativamente ao exercício de 2018, se o cálculo do lucro líquido por ação refletisse os efeitos do desdobramento de ações ocorrido em 29 de março de 2018, os resultados seriam equivalentes a R\$ 1,158514286, R\$ 1,576275862 e R\$ 21,6127134455 respectivamente em 2017, 2016 e 2015.

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício social findo em	Dividendos por ação ordinária⁽⁴⁾	JCP por ação ordinária⁽⁴⁾
31.12.2018	R\$ 0,094004971	R\$ 0,184321668
31.12.2017	R\$ 2,454378571	n/a
31.12.2016	R\$ 1,6453714290	R\$ 0,109725000
31.12.2015	R\$ 6,959800000	R\$ 1,516300000

Nota 4: Este valor considera o número de ações nas datas de encerramento dos respectivos exercícios indicados no quadro.

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 39.373.467,67.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

O montante destinado à reserva legal corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto sobre a Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro, sendo o lucro líquido destinado: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; e (b) 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o saldo obtido com as deduções e destinação para a reserva legal, serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção:

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos:

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado a reserva:

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável:

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva:

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar:

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado a reserva:

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado:

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção:

R\$ 561.071.914,30

b. Fornecer cópia do orçamento de capital:

Cópia do orçamento de capital encontra-se no Anexo E à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado a reserva:

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação:

Não aplicável.

9. ANEXO D: ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 12, II da Instrução CVM nº 481/09)

13. Remuneração dos administradores]

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração em 09 de fevereiro 2018, tem como objetivo estabelecer compensações aos seus diretores e conselheiros (“Administradores”) que sejam condizentes com as responsabilidades pertinentes aos cargos e as práticas de mercado. Essas avaliações foram feitas em função do conhecimento exigido, impacto financeiro associado às decisões do cargo, complexidade e campo de atuação na organização. Todo este trabalho de avaliação foi realizado por uma consultoria independente (IDEE Creating Solutions).

Esta política é supervisionada pelo Conselho de Administração através do Comitê de Governança e Gente, o qual é coordenado por um Conselheiro Independente e composto por membros das áreas de Recursos Humanos, Comunicação Interna e um representante da Diretoria Executiva.

Este comitê tem entre as suas responsabilidades a de orientar a Gestão de Pessoas com o objetivo de tornar consistentes as iniciativas relacionadas aos temas de desenvolvimento e treinamento, sucessão, cultura, estrutura organizacional e remuneração, e garantir que todos estes aspectos estejam alinhados com os movimentos estratégicos da companhia e de mercado.

A Política de Remuneração da Companhia tem como princípios e objetivos os seguintes aspectos:

Meritocracia: Reconhecer o esforço e as competências diferenciadas das pessoas traduzidas em resultados, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;

Atitudes: Reconhecer a afinidade das pessoas à cultura da Companhia alicerçada no triângulo – Custo, Qualidade e Acolhimento.

Responsabilização: Os erros são aceitos como forma de desenvolvimento, mas os impactos nos resultados se refletem diretamente na remuneração dos responsáveis, deixando claro a atenção a todos detalhes fundamentais do negócio.

Atratividade: Ser competitiva para atrair e reter os melhores profissionais do mercado;

Desenvolvimento: Ter um escalonamento que permitir o reconhecimento em linha com o desenvolvimento dos seus profissionais de forma a sentirem recompensados e motivados a continuar aprendendo e crescendo na companhia.

Por fim, tais princípios são os balizadores dos ajustes salariais que a Companhia realiza ao longo do tempo com o objetivo de reconhecer e prestigiar os esforços dos Administradores da Companhia. Os ajustes salariais ocorrem por enquadramento, mérito ou promoção.

(b) composição da remuneração

A composição da remuneração dos Administradores é composta dos seguintes itens:

Conselho de Administração

- Os que possuem atuação e dedicação integral à Companhia, participando de comitês e cumulando outras funções no dia-a-dia da Companhia, recebem remuneração fixa acrescida de Plano de Remuneração de Produtividade ("PRD") (atualmente, Candido Pinheiro Koren de Lima e Ana Christina Fontoura Koren de Lima).

Os que possuem atuação sazonal, apenas compondo e participando das reuniões Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa (atualmente, Wilson Carnevalli Filho e Carlos Massaru Takahashi).

Diretoria Estatutária

- Remuneração fixa acrescida de Plano de Remuneração de Produtividade (PRD) e Plano de Remuneração Variável (PRV).

Diretoria Não Estatutária

- Remuneração fixa, acrescida de PRD e Plano de Remuneração Variável (PRV).

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Fixa

Os conselheiros da Companhia recebem um valor mensal estabelecido com base em sua dedicação de tempo, assim como responsabilidade de suas atribuições, em linha com as práticas de mercado.

Em termos quantitativos, a remuneração fixa representa 70% da remuneração total dos conselheiros que também recebem remuneração variável.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os conselheiros da Companhia não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Participação em Comitês

Os conselheiros da Companhia não fazem jus à remuneração por participação em comitês. O que ocorre, contudo, é que os conselheiros com dedicação exclusiva à Companhia, como destacado acima, acabam participando de comitês por conta de sua atuação integral na Companhia. Não há uma remuneração específica aos conselheiros por simplesmente participarem de comitês.

Remuneração Variável

Conselheiros com dedicação exclusiva na Companhia

Estes conselheiros fazem jus ao recebimento da remuneração diferenciada chamada de PRV.

O PRV é estruturado para levar em consideração indicadores não contábeis de análise financeira, como o (i) EBITDA, EBITDA Ajustado/Margem EBITDA Ajustada e Lucro Líquido/Margem Líquida,

(ii) aspectos de qualidade do serviço prestado, por meio do indicador de Índice Geral de Reclamação (IGR) divulgado pela ANS, (iii) assim como pontos específicos de cada área (indicadores operacionais, datas de projeto, descuidos operacionais, etc.).

Em termos quantitativos, a remuneração variável representa em torno de 30% da remuneração total destes conselheiros.

Conselheiros sem dedicação exclusiva na Companhia

Estes conselheiros não fazem jus a qualquer tipo de remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os conselheiros da Companhia não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os conselheiros da Companhia não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os conselheiros da Companhia não fazem jus a remuneração baseada em ações.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Remuneração Fixa

Os diretores estatutários da Companhia recebem um valor mensal estabelecido com base em sua dedicação de tempo, assim como responsabilidade de suas atribuições, em linha com as práticas de mercado.

Em termos quantitativos, a remuneração fixa representa 70% da remuneração total dos diretores estatutários.

Para os diretores eleitos a partir de 01 de janeiro de 2018, excetuando-se os casos de reeleição e recondução, a composição da remuneração será a seguinte:

- Salário fixo: 50% da remuneração anual; e
- Remuneração variável: 50% da remuneração anual.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Participação em Comitês

Os diretores estatutários da Companhia não fazem jus a remuneração específica por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os diretores estatutários da Companhia recebem remuneração variável por conta do PRD.

O PRD é baseado em metas e objetivos relacionados a atividades do dia-a-dia na Companhia, tais como projetos, processos, implantações, que, no caso de sucesso, é medido e pago a cada semestre. Os objetivos e metas elencadas no PRD são previstos semestralmente pela diretoria da Companhia e direcionada a todo o corpo executivo (que compõe desde diretores estatutários, não estatutários e gerentes sêniores). Tais metas são mapeadas e aferidas mensalmente e, no fim de seis meses, apuram-se os resultados e realizam-se os pagamentos

Algumas metas são aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração, como indicadores financeiros; outras são aprovadas e incluídas pela diretoria (como projetos, ações e etc.). A avaliação periódica do monitoramento dessas metas é feita semestralmente. Todo o processo de monitoramento dos indicadores é realizado por uma área especializada com o objetivo de garantir a independência e a lisura do processo.

Benefícios Pós-Emprego

Os diretores estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os diretores estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os diretores estatutários da Companhia não fazem jus a remuneração baseada em ações.

DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

Remuneração Fixa

Os diretores não estatutários da Companhia recebem um valor mensal fixo mensal alinhado com as suas responsabilidades e competências, observadas as práticas de mercado.

Em termos quantitativos, a remuneração fixa representa 70% da remuneração total dos diretores estatutários.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores não estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Participação em Comitês

Os diretores não estatutários da Companhia não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Conforme destacado acima, os diretores não estatutários da Companhia recebem, a título de remuneração variável, tanto pelo PRD como pelo PRV, conforme detalhado acima.

Em termos quantitativos, a remuneração variável representa 30% da remuneração total dos diretores não estatutários.

Benefícios Pós-Emprego

Os diretores não estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os diretores não estatutários da Companhia não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os diretores não estatutários da Companhia não fazem jus à remuneração baseada em ações.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Companhia possui os seguintes comitês, os quais são órgãos não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração com relação a determinadas questões, inclusive relativas à gestão de riscos (em conjunto, "Comitês"): Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, o Comitê de Governança e Gente, o Comitê de Fusões e Aquisições, o Comitê de Transformação, Comitê de Inovação e o Comitê de Finanças e Mercado de Capitais.

Remuneração Fixa

Os membros dos Comitês não recebem nenhum tipo de remuneração especificamente seu exercício de tais funções, salvo nos casos em que também exercem cargo no Conselho de Administração e/ou Diretoria, hipótese em que fazem jus à remuneração específica do respectivo cargo no Conselho de Administração e/ou Diretoria.

Benefícios Diretos e Indiretos.

Os membros dos Comitês não fazem jus a benefícios diretos e indiretos.

Remuneração Variável

Os membros dos Comitês não fazem jus a qualquer tipo de remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros dos Comitês de assessoramento não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros dos Comitês de assessoramento não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os membros dos Comitês de assessoramento não fazem jus à remuneração baseada em ações.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Seguem abaixo tabelas com as proporções médias de cada elemento da remuneração para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme apurado pela Companhia:

2018	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração por participação em Comitês	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	78,5	0	0	21,5	0	100%
Diretoria	22	0	0	78	0	100%

2017	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração por participação em Comitês	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100	0	0	0	0	100%
Diretoria	70	0	0	30	0	100%

2016	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração por participação em Comitês	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100	0	0	0	0	100%
Diretoria	70	0	0	30	0	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa e a remuneração variável da Administração são reajustadas conforme inflação oficial do país (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), a cada 12 meses.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração pagam aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados, alinhadas às práticas de mercado.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Conforme exposto no item 13.2, alguns dos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária – Candido Pinheiro Koren de Lima, Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior e Ana Christina Koren de Lima – não eram remunerados – por remuneração fixa ou variável – em função do exercício de seus cargos, mas sim via dividendos, dado que são acionistas da Companhia. A situação será diferente, entretanto, a partir do exercício social de 2018 – todos foram formalizados e receberão remuneração condizente com o exercício de suas atividades na Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Indicadores Financeiros levados em consideração para cálculo de remuneração variável: EBITDA, EBITDA Ajustado/Margem EBITDA Ajustada e Lucro Líquido/Margem Líquida.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável da Administração da Companhia é estruturada e baseada em alguns indicadores de desempenho financeiro, tais como aqueles listados no item anterior (EBITDA, EBITDA Ajustado/Margem EBITDA Ajustada e Lucro Líquido/Margem Líquida). Isso faz com que a atividade dos Administradores esteja relacionada à aferição da evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia assegura uma remuneração sustentável que seja ao mesmo tempo condizente com suas possibilidades e que estimule a melhoria dos resultados. A remuneração variável que tem peso importante da remuneração dos executivos e está vinculada aos três pilares estratégicos da empresa (qualidade, acolhimento e baixo custo) e pode representar 30% do ganho do executivo, desde que ele atinja os resultados do ano.

Isso mostra o alinhamento da política de remuneração e da estrutura de recursos humanos da Companhia aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo (salários e remunerações variáveis em linha com o mercado).

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia anualmente realiza uma pesquisa de mercado consultando empresas especializadas independentes para aferir se suas práticas de remuneração estão em linha com o que vem sendo praticado pelo mercado. O Comitê de Governança e Gente é responsável por receber o relatório e prestar contas ao Conselho de Administração sobre os dados coletados. Munidos dessas informações, os membros do Conselho de Administração deliberam sobre a definição individual dos seus membros e de todos o corpo executivo da Companhia (diretores estatutários e não estatutários).

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A tabela salarial é estruturada baseando-se no conceito de pontuação e peso dos cargos da Companhia e utiliza grades para a identificação desses, buscando o equilíbrio interno e externo de salários pagos. Dessa forma, visa-se garantir a competitividade na atração e retenção de talentos.

Os seguintes critérios e quesitos são analisados para a fixação da remuneração individual:

1. Análise de Cargos: (i) Titulação de Cargos; (ii) Níveis de Cargos (divididos em Júnior, Pleno e Sênior); e (iv) Descrição de Cargos.
2. Avaliação de Cargos: (i) Critérios de Ponderação; e (ii) Pontuação.
3. Estrutura Salarial: (i) Grade Salarial; (ii) Pesquisa Salarial (Banco de Dados); (iii) Estratégia de Remuneração; (iv) Tabela Salarial; e (iv) Faixa Salarial.
4. Políticas e Procedimentos: (i) Contratação; (ii) Enquadramento; (iii) Reajuste Coletivo; (iv) Mérito; (v) Promoção; e (vi) Transferência/Movimentação de Área.

Para a análise do quesito Avaliação de Cargos os seguintes critérios são aplicados:

1. **Conhecimento:** A combinação da instrução formal e/ou o tempo de experiência, acumulados e necessários para ocupar uma determinada posição. Implica desde a capacidade de executar uma atividade muito simples e rotineira até o domínio completo na gestão de múltiplos processos, negócios e/ou empreendimentos de alta complexidade e/ou diversificação.
2. **Atuação:** O equilíbrio entre diversos fatores, tais como as necessidades de gestão, observância de normas internas e/ou diretrizes estabelecidas pelos acionistas/conselho, grau de complexidade e aplicação do conhecimento (instrução e experiência). Envolve desde uma função de simples execução (rotinas) até a liderança e a visão holística de um conglomerado empresarial.
3. **Complexidade:** O grau de sofisticação, diversificações, adaptação, capacidade de auto-organizar, amplitude lógica e imprevisibilidade existentes em temas e suas aplicações. As alternativas de fatores retratam desde questões muito simples a amplamente e profundamente complexas /estratégicas para o negócio.
4. **Reflexo Financeiro e Impacto:** Em relação ao primeiro aspecto, identifica-se onde se encaixa o valor financeiro sobre o qual o cargo tem alguma participação. Isso significa a mensuração financeira da atuação que cargo pode refletir nos resultados organizacionais da empresa, da área de atuação, ou da própria função e do processo do qual participa. Quanto ao segundo aspecto, analisa-se se a função afeta os resultados da Companhia direta ou indiretamente. Nesse sentido, entende-se por Impacto Direto a capacidade e influência do ocupante do cargo no atingimento das medidas monetárias. O Impacto Indireto, por sua vez, ocorre quando a influência é compartilhada com outros cargos e/ou áreas, ou o atingimento das medidas monetárias é parcial e/ou diluído.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia de forma anual a adequação da política de remuneração aos objetivos da Companhia. Essa avaliação é realizada, também, de acordo com a pesquisa feita com a consultoria especializada independente.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	0	12
Nº de membros remunerados	7	5	0	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.965.558,29	7.204.765,40	0	11.170.323,69
Benefícios direto e indireto	0	480.000,00	0	480.000,00
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros			0	0,00
Remuneração variável				
Bônus	3.753.233,72	15.192.428,19	0	18.945.661,91
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	

	duas casas decimais.	duas casas decimais.	duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.718.792,01	22.877.193,59	0	30.595.985,60

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	0	10
Nº de membros remunerados	7	5	0	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.471.863,49	3.113.076,63	0	10.584.940,12
Benefícios direto e indireto	0	240.000,00	0	240.000,00
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0,00
Remuneração variável				
Bônus	2.053.906,07	12.153.899,43	0	14.207.805,50
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da	9.525.769,56	15.506.976,06	0	25.032.745,62

remuneração				
-------------	--	--	--	--

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	365.775,00	2.644.237,32	0,00	3.010.012,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	73.155,00	528.847,46	0,00	602.002,46
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.187.205,81	0,00	7.187.205,81
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	

	duas casas decimais.	duas casas decimais.	duas casas decimais.	
Total da remuneração	438.930,00	10.360.290,59	0,00	10.799.220,59

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	105.000,00	1.273.333,31	0,00	1.378.333,31
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	21.000,00	254.666,66	0,00	275.666,66
Remuneração variável				
Bônus	0,00	620.143,43	0,00	620.143,43
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00		0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	

Total da remuneração	126.000,00	2.148.143,40	0,00	2.274.143,40
-----------------------------	------------	--------------	------	--------------

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017, Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, Candido Pinheiro Koren de Lima, Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior e Ana Koren de Lima não recebiam remuneração fixa ou variável por conta do exercício de suas funções como membros da diretoria estatutária ou do conselho de administração. Passaram a receber, contudo, a partir de 01 de janeiro de 2018, conforme exposto abaixo e no item 13.2 acima.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	05	-	12
Nº de membros remunerados	05	05	-	08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3.753.233,72	15.192.428,19	-	18.945.661,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	3.753.233,72	15.192.428,19	-	18.945.661,91
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	05	-	12
Nº de membros remunerados	06	05	-	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.053.906,07	12.153.899,43	-	14.207.805,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.053.906,07	12.153.899,43	-	14.207.805,50
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	2.053.906,07	12.153.899,43	-	14.207.805,50
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	06	05	-	11
Nº de membros remunerados	00	05	-	05
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	7.187.205,81	-	7.187.205,81
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	7.187.205,81	-	7.187.205,81
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	7.187.205,81	-	7.187.205,81

Participação nos resultados

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	06	05	-	11
Nº de membros remunerados	00	05	-	05
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	620.143,43	-	620.143,43
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	620.143,43	-	620.143,43
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	620.143,43	-	620.143,43
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Não aplicável.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Na data deste Formulário de Referência, membros do conselho de administração da Companhia detinham, direta ou indiretamente, as seguintes participações acionárias na Companhia, em sua controlada ou em sociedades sob controle comum:

Sociedade	Exercício encerrado em 31/12/2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	100,00%	-	-	100,00%
Hapvida Assistência Médica Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
OPS Serviços Médico e Hospitalares Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hospital Antônio Prudente Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hospital Antônio Prudente de Natal Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hospital Antônio Prudente da Bahia Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Vida & Imagem Diagnósticos por Imagem Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Ultra Som Serviços Médicos Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Samesp Sociedade de Assist. Espec. Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hapclínicas de Serv. e Atenção à Saúde Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Centro Integrado de Atenção à Saúde Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hapclínica Clínicas Amb. de Serviço a Saúde	100,00%	-	-	100,00%
Unidade de Atenção Hospitalar Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Centro Hospitalar de Atenção à Saúde Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Clínica Ortop. e Traumat. de J. Pessoa Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Prática Imp. Com. Dist. de Prod. Farm. Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Hospital Francisca de Sande Ltda.	100,00%	-	-	100,00%

OPS Administração e Participações Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
M. Wanderley Adm. e Participações Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Haptech Soluções Inteligentes Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Atendimed Serviços Médicos Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Vida & Imagem Radiologia e Diág. Ltda. (a)	94,99%	-	-	94,99%
Semed Serv. Méd. e Hosp. de Camaçari Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Quixadá Participações Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
Canadá Adm. de Bens Móveis Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
PPAR Com. Participações Ltda.	100,00%	-	-	100,00%
PPAR Pinheiro Participações S.A.	100,00%	-	-	100,00%

Nota: As participações de membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria Estatutária foram computadas em Conselho de Administração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	7,00	6,00	6,00	0	0	0
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	7,00	2,00	2,00	0	0	0
Valor da maior remuneração (Reais)	6.973.876,66	6.023.162,33	1.051.950,09	2.478.789,45	219.960,00	72.000,00	0	0	0
Valor da menor remuneração (Reais)	2.212.482,23	1.280.762,53	515.873,31	189.900,00	218.970,00	54.000,00	0	0	0
Valor médio da remuneração (Reais)	2.792.722,55	2.664.037,00	429.628,68	1.360.824,22	219.465,00	63.000,00	0	0	0

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	A remuneração indicada foi fixa e variável, e refere-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício de 2018.
31/12/2017	A remuneração indicada foi fixa e variável, e refere-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício de 2017.

31/12/2016	A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em 31/08/2016.
-------------------	---

Conselho de Administração	
31/12/2018	A remuneração indicada foi fixa e variável, e refere-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício de 2018.
31/12/2017	A remuneração indicada foi fixa e variável, e refere-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício de 2017.
31/12/2016	A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em 31/08/2016.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	A Companhia não possui Conselho Fiscal no período
31/12/2017	A Companhia não possui Conselho Fiscal no período
31/12/2016	A Companhia não possui Conselho Fiscal no período

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não oferece remuneração ou indenização em casos de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Conforme destacado no item 13.3 acima, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, Candido Pinheiro Koren de Lima, Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior e Ana Koren de Lima não recebiam remuneração fixa ou variável por conta do exercício de suas funções como membros da diretoria estatutária ou do conselho de administração. Passaram a receber, contudo, a partir de 01 de março de 2018, conforme exposto nos itens 13.2 e 13.3 acima. Portanto, essa é a razão pela qual os valores da tabela abaixo aparecem zerados.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social encerrado em 31/12/2018	0,0%	0,0%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2018	0,0%	0,0%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2018	0,0%	0,0%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2015	-	-	-

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam. Esclarecemos ainda que o Conselho Fiscal não foi instalado no referido período.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social de 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9.428.493,12	15.506.976,06	-	24.935.469,18
Controladas do emissor	97.276,45	-	-	97.276,45
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social de 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	41.697,00	44.388,00	-	86.085,00
Controladas do emissor	116.731,73	233.463,46	-	350.195,19
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social de 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	12.600,00	24.000,00	-	36.600,00
Controladas do emissor	116.731,73	233.463,46	-	350.195,18
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. ANEXO E: PROPOSTA DO ORÇAMENTO DE CAPITAL

HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF Nº 05.197.443/0001-38
NIRE 233.000.392.71

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Submetemos à apreciação de V. Sas. o orçamento de capital da Hapvida Participações e Investimentos S.A. ("Companhia") para o exercício social de 2019, no valor de R\$ 561.071.914,30, cuja destinação está discriminada abaixo:

Descritivo dos principais investimentos

A Companhia pretende investir na aquisição da infraestrutura de TI das novas unidades, bem como servidores, data center e na manutenção da plataforma tecnológica nas unidades já existentes. Estão previstos ainda gastos com a substituição de máquinas e equipamentos de TI, desenvolvimento de projetos com foco em inovação e investimentos em softwares de computação, incluindo o novo sistema de gestão financeira e suprimentos.

Em relação à expansão das instalações, devem ser investidos na melhoria contínua da estrutura de unidades que já estão em operação, contemplando ampliação e/ou modernização das instalações físicas dos hospitais, unidades de diagnóstico por imagem, laboratórios, pronto atendimentos e clínicas, gerando expansão da capacidade de atendimento dos clientes mediante abertura de novos leitos, consultórios e postos de coleta e, conseqüentemente, resultando na aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para uso nos novos espaços inaugurados. Na área hospitalar, serão destinados recursos também a projetos que já estão em andamento relacionados à sistematização de protocolos ambulatoriais e implantação de novas tecnologias de sinais vitais.

Mantendo o seu foco no crescimento da sua infraestrutura, a Companhia prevê a abertura de novos hospitais e aquisições de novos negócios.

Fontes de financiamento

A retenção de lucros proposta será financiada integralmente com parte do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Dessa forma, propomos a aprovação da proposta de orçamento de capital acima.

Fortaleza, 21 de março de 2019.